

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

**PÓS-GRADUAÇÃO**

**GESTÃO PÚBLICA**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## GESTÃO PÚBLICA

|   |
|---|
| <b>DISCIPLINA:</b><br>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONSTITUIÇÃO FEDERAL  |
| <b>RESUMO</b><br>Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança. |
| <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>  |
| <b>AULA 1</b><br>INTRODUÇÃO<br>FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO<br>A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO<br>RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO<br>ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA   |
| <b>AULA 2</b><br>INTRODUÇÃO<br>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA<br>GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL<br>PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA<br>FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  |
| <b>AULA 3</b><br>INTRODUÇÃO<br>GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL<br>PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL<br>FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA<br>INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES   |
| <b>AULA 4</b><br>INTRODUÇÃO<br>PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO<br>LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS<br>CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO<br>FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO<br>PARTICIPATIVO   |
| <b>AULA 5</b><br>INTRODUÇÃO<br>O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES<br>GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL<br>CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS<br>AUDIÊNCIAS PÚBLICAS   |
| <b>AULA 6</b>   |

**INTRODUÇÃO**

**DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO**

**CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO**

**PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR**

**CONCLUSÕES**

**BIBLIOGRAFIAS**

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2010.

**DISCIPLINA:**

**FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO**

**RESUMO**

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos reparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA**

**ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS**

**FUNÇÕES DO GOVERNO**

**FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO**

**FINALIZANDO**

**AULA 2**

**NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO**

**CICLO ORÇAMENTÁRIO**

**PLANO PLURIANUAL (PPA)**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)**

**FINALIZANDO**

**AULA 3**

**CONVERSA INICIAL**

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964  
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO  
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE  
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS  
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS  
FINALIZANDO

**AULA 4**

HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)  
PRINCÍPIOS DA LRF  
LICITAÇÕES PÚBLICAS CONCEITOS, OBRIGATORIEDADE  
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS  
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL  
FINALIZANDO

**AULA 5**

CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS  
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO  
GESTÃO DE RISCOS  
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)  
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)  
FINALIZANDO

**AULA 6**

AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100  
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3  
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERACIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300  
NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE  
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

**DISCIPLINA:**

INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**



A Administração Pública está inserida em um ambiente excessivamente complexo, em que as mudanças acontecem de maneira imprevisível e com um ritmo acelerado. Em virtude disso, a amplitude das diversidades de fatores internos e externos influenciam o desempenho organizacional. Neste contexto, a Administração Pública deve estar sempre inovando e apresentando as boas práticas no gerenciamento da coisa pública.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
ESTADO, GOVERNO E NAÇÃO  
POLÍTICAS PÚBLICAS  
SERVIÇOS PÚBLICOS  
FALHAS DE GOVERNO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
MODELO BUROCRÁTICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS REFORMAS SOCIAL-DEMOCRÁTICA E SOCIAL-LIBERAL

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
VALORES UNIVERSAIS  
ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA  
TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E A LEI Nº 12.527/2011  
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA A GESTÃO POR RESULTADOS  
GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY  
O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
ESTRUTURAÇÃO DO CUSTOMER SUCCESS  
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)  
PAPEL DO PARLAMENTO NA EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
ODS 1 E ODS 5  
ODS 9 E ODS 10

MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIA GLOBAL  
ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030 NO BRASIL

**BIBLIOGRAFIAS**

- PEREIRA, L. C. B. Estado, aparelho de Estado e sociedade civil. Texto para discussão. Brasília, ENAP, 1995. Disponível em: [http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado\\_aparelho\\_do\\_estado\\_sociedade\\_civil-TD-ENAP.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/1995/95-Estado_aparelho_do_estado_sociedade_civil-TD-ENAP.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.
- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PALLUDO, A. V. Administração pública: teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

**DISCIPLINA:**

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**

Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

ADMINISTRAR É DECIDIR!

DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

MODELOS DE ESTADO

MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

MODELOS DE ESTADO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

O INESPERADO

INCONGRUÊNCIAS

MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO

A IDEIA BRILHANTE

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE

A REFORMA BRASILEIRA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

PROJETO INOVAGOV

APRENDIZADO COM O INOVAGOV

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO

A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS

MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

**BIBLIOGRAFIAS**

- TAMURA, A. A vã inovação no setor público. 2017. Disponível em: <http://www.wegov.net.br/inovacao-no-setor-publico>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- QUEIROZ, R. G. M.; CKAGNAZAROFF, I. B. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. RAP, Rio de Janeiro, v. 44, n.3, p. 679-705, maio/jun. 2010. Disponível em [www.spell.org.br/documentos/download/2300](http://www.spell.org.br/documentos/download/2300). Acesso em: 7 nov. 2019.
- POLLITT, C.; HUPE, P. Talking about government: the role of magic concepts. Public Management Review, v. 13, n. 5, p. 641-658, jun. 2011.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

**RESUMO**

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

GESTÃO DE TALENTOS

DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO

RECOMPENSAR E DESENVOLVER

MANTER E AVALIAR

FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL

GESTÃO DE COMPETÊNCIA

GESTÃO DO CONHECIMENTO

COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZANDO

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

LIDERANÇA (PARTE I)

LIDERANÇA (PARTE II)

COACHING

INOVAÇÃO

FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS  
PLANO DE CAPACITAÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

**DISCIPLINA:**

POLÍCIA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA PÚBLICA

**RESUMO**

A política de segurança pública é uma resposta do Estado à necessidade coletiva de segurança, de confiar nela e percebê-la consignada no regime democrático representativo e também legitimada pela legislação específica, por responsabilidade da governança, no âmbito municipal, estadual e federal, com responsabilidades proporcionais e objetivadas em termos legais, (Fischer, 1985). É um dever do Estado, por meio de poderes constitucionais, o poder de legislar, executar, bem como o poder judiciário. Veremos nesta disciplina que a política de segurança pública é, de fato, um direito individual e coletivo, ou seja, a segurança é direito da sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

POLÍTICAS SOCIAIS - SEGURANÇA PÚBLICA  
PRINCÍPIOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: FATORES E PRINCÍPIOS  
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: OS FATORES  
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: DESTAQUES SOBRE ALGUNS FATORES

**AULA 2**

POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
TIPIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍTICAS MINIMALISTAS E POLÍTICAS GERAIS  
POLÍTICAS DISTRIBUTIVAS VERSUS POLÍTICAS REGULADORAS  
POLÍTICAS PREVENTIVAS PRIMÁRIAS VERSUS POLÍTICAS ESTRUTURAIAS

**AULA 3**

UMA UNIDADE COMPLEXA: CRIMINALIDADE E POBREZA. SOBRE O QUE FALAMOS ?  
POBREZA E CRIMINALIDADE  
PUNIÇÃO DOS POBRES  
PERFIL DOS APRISIONADOS NO BRASIL  
PERFIL DAS VÍTIMAS DE CRIMES NO BRASIL

**AULA 4**

ESPAÇO SOCIOJURÍDICO  
SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO  
SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

SERVIÇO SOCIAL NAS MEDIDAS DA SOCIOEDUCAÇÃO  
SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

**AULA 5**

DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: DEFESA DE DIREITOS  
DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: LAUDOS, PERICIAS E OUTROS  
DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL NO SOCIOJURÍDICO: ALIENAÇÃO PROFISSIONAL  
PROJETO ÉTICO- POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM DESAFIO  
SERVIÇO SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- FISCHER, R. M. O direito da população à segurança: cidadania e violência urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, CEDEC, 1985.
- ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. Public Security in the Americas: Challenges and Opportunities (2nd edition). Tradução livre de Juvanira Mendes. Washington, DC (EUA): OAS Official Records Series, 2008.

**DISCIPLINA:**

PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

**RESUMO**

Atualmente, vemos que a sociedade está cada vez mais ávida por conhecer como funciona a estrutura pública que dá sustentação ao Estado; em outras palavras, a população passa a compreender que seu papel vai além do processo eleitoral, devendo estar presente no dia a dia da gestão pública. Quando se trata de estrutura pública, ela é composta por formas pelas quais a administração pública se organiza para cumprir seu dever, que é prover o melhor atendimento à população. Nessa organização, temos a divisão das responsabilidades e como as atividades serão distribuídas entre todas as unidades da gestão pública. Por exemplo, temos como organização dos serviços do Estado a administração pública direta, aquela prestada diretamente pelo Poder Público, em todas as suas instâncias, enquanto a indireta é prestada por empresas de personalidade jurídica instituídas pelo Poder Público para prestar esses serviços, como autarquias, fundações, empresas públicas, empresas de sociedade mista.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O QUE É ACCOUNTABILITY

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PRINCÍPIOS DA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: O NEPOTISMO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA

ACCOUNTABILITY E OS DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PRIVADA

ESTUDO DE CASO: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

**AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

ACCOUNTABILITY VERTICAL

ACCOUNTABILITY SOCIAL (SOCIETAL)

RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**AULA 4**

**INTRODUÇÃO**

MECANISMOS E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS PARA ACCOUNTABILITY

PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA

RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

ESTUDO DE CASO: A TRANSPARÊNCIA NO COMBATE À COVID-19 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**AULA 5**

**INTRODUÇÃO**

DIFERENÇA ENTRE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E CONTABILIDADE PÚBLICA

OBJETIVOS DA CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

PRÁTICAS: LANÇAMENTOS EM BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA PREFEITURA

**AULA 6**

**INTRODUÇÃO**

OBJECTIVE AND KEY-RESULTS (OKR)

KPIS DE ACCOUNTABILITY

CULTURA E RESPONSABILIDADE DE ACCOUNTABILITY

PRÁTICAS: OKRS VOLTADOS PARA A GESTÃO FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA DE UMA PREFEITURA

**BIBLIOGRAFIAS**

- TESOURO NACIONAL. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - União. 2021b. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/contabilidade-e-custos/relatorioresumido-da-execucao-orcamentaria-rreo-uniao>. Acesso em: 16 set. 2021.
- SIRAQUE, V. Controle social da função administrativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBCZUK, P.; NASCIMENTO, A. R. do. Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. Revista Direito Mackenzie, v. 9, n. 2, p. 219-236, 2015.

**DISCIPLINA:**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRATÉGICA - PLANEJAMENTO, FERRAMENTAS E IMPLANTAÇÃO

**RESUMO**

Planejamento é fundamental para qualquer atividade, seja ela pessoal ou organizacional. Começamos nosso dia planejando as atividades que precisamos executar, para podermos organizar nossa agenda e não perdermos nossos compromissos. Esse simples planejamento inclui determinar quais as atividades que temos para realizar naquele dia,

ajustar os tempos para a realização de cada tarefa (incluindo as que não são nosso foco – como pegar ônibus, ou calcular o tempo que perdemos parados no trânsito). Temos também que pensar quais são as prioridades, definir previamente se precisamos levar algum item para atividades diferenciadas (por exemplo: para à faculdade, precisamos levar o material de estudo; para a academia temos que levar a roupa de ginástica etc.), e ainda os custos: quanto preciso levar para transporte, alimentação, entre outros.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
MISSÃO  
VISÃO  
VALORES  
OBJETIVOS

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
PLANO DE AÇÃO – 5W2H  
MATRIZ GUT  
PLANEJAMENTO POR CENÁRIOS  
MODELO DAS CINCO FORÇAS DE PORTER

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
MATRIZ BCG  
MATRIZ GE-MCKINSEY  
CANVAS  
BALANCED SCORECARD (BSC)

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTROLE E VERIFICAÇÃO  
EFETIVIDADE DO PLANEJAMENTO  
VANTAGENS DE SE CONSTRUIR UM BOM PLANEJAMENTO  
LIMITAÇÕES DO PLANEJAMENTO

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PLANEJAMENTO PÚBLICO NO BRASIL  
PLANO PLURIANUAL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
ESTABELECIMENTO DE OBJETIVOS NO PLANEJAMENTO PÚBLICO  
O PERFIL DO GESTOR PÚBLICO PARA O PLANEJAMENTO  
BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
DIFICULDADES DO PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**BIBLIOGRAFIAS**

- CHIAVENATO, I. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo: Campus, 2007.
- CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- COBRA, M. H. N. Administração de marketing. São Paulo: Atlas, 1992.

**DISCIPLINA:**

CONTABILIDADE PÚBLICA

**RESUMO**

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL

CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO

RECEITA PÚBLICA

DESPESA PÚBLICA

ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO PCASP

NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
BALANÇO PATRIMONIAL  
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
NOTAS EXPLICATIVAS  
CONSIDERAÇÕES FINAIS

**BIBLIOGRAFIAS**

- SOBRE O TESOUREIRO Nacional. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ASbQY5uUH8>. Acesso em: 22 out. 2019.
- ZEFF, S. A. A evolução do IASB para o IASB e os desafios enfrentados. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 25, p. 300-320, set./dez. 2014.
- FEIJÓ, P. H. Entendendo as mudanças na contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: Editora Gestão Pública, 2013.

**DISCIPLINA:**

INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

**RESUMO**

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública.  
O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
MONITORAMENTO E VÍDEOVIGILÂNCIA  
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO  
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO  
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO  
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS  
OPERAÇÕES COM DRONES  
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS  
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS

A INTERNET DAS COISAS (IOT)  
APLICANDO SOLUÇÕES

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL  
APLICATIVOS MÓVEIS  
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO  
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS  
DEEP LEARNING  
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA  
ESTUDO DE CASOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO  
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS  
PLATAFORMAS DE GESTÃO  
CONCLUSÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaber, 2018.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

**RESUMO**

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
ATOS ADMINISTRATIVOS  
PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS  
CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO  
MODALIDADES DA LICITAÇÃO  
EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO  
REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS  
TIPOS DE CONTRATO  
CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS  
EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS  
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93  
EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS  
BENS PÚBLICOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014  
CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À  
GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Lei n. 4.717, de 29 de junho de 1965. Regula a ação popular. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4717.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm). Acesso em: 13 jan. 2021.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 5. ed. Salvador, BA: Editora Juspodium, 2017.
- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

**DISCIPLINA:**

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

**RESUMO**

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE ÉTICA

CONCEITOS DE MORAL

CONCEITOS DE MORALIDADE

CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

O PROGRESSO MORAL

CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL

O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL – CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA

NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA

A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS

OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA

A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS

A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA

O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011

A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE

TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

**BIBLIOGRAFIAS**

- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- JAEGER, W. A Paidéia – a formação do homem grego. São Paulo: Cortez, 2000.

